

UCRÂNIA: A GUERRA CONTINUA, AS POTÊNCIAS NEGOCIAM

Por Gabriel Camilli*



Imagem meramente ilustrativa, gerada por inteligência artificial.

A guerra na Ucrânia não se decide apenas no front: entre dependência externa, interesses divergentes e riscos de escalada, o futuro do conflito será definido pela capacidade de Kiev, Moscou, Washington e Europa de transformar poder militar em uma paz politicamente sustentável.

A guerra russo-ucraniana parece entrar, a todo momento, em uma nova etapa. Não porque as operações militares tenham perdido intensidade, nem porque haja um acordo de paz à vista, mas porque as condições políticas e estratégicas que determinarão o seu desfecho começam a se modificar. Enquanto os exércitos continuam combatendo, as grandes potências examinam alternativas diplomáticas, os interesses norte-americanos e europeus revelam divergências cada vez mais visíveis, e a Ucrânia enfrenta uma questão decisiva: até que ponto pode sustentar seus objetivos quando depende de terceiros para continuar a guerra?

Diversas análises publicadas recentemente permitem compreender melhor esse cenário. Muito se tem falado sobre os objetivos russos e o risco de um confronto direto entre a Rússia e a OTAN. Alessandro Volpi apresenta uma perspectiva bastante atual ao

examinar o significado geopolítico do recente entendimento energético entre Washington e Moscou; o coronel austríaco Markus Reisner analisa o desgaste militar e as possibilidades de um cessar-fogo; por fim, Gideon Rachman, do *Financial Times*, discute as alternativas que começam a ser consideradas na Europa para uma eventual negociação com Putin.

Embora partam de perspectivas distintas, os quatro trabalhos revelam uma realidade: a guerra é travada na Ucrânia, mas suas consequências, bem como as condições para o seu encerramento, transcendem, e muito, as fronteiras ucranianas.

A QUESTÃO POLÍTICA

A questão fundamental continua sendo política. Clausewitz ensinou que a guerra constitui a continuação da política por outros meios. Portanto, nenhuma avaliação estritamente militar é capaz de explicar, por completo, este conflito. A movimentação no *front*, as perdas materiais e a capacidade de resistência são elementos fundamentais, mas só adquirem seu verdadeiro sentido quando relacionados aos objetivos políticos almejados pelos contendores.

A Rússia tem reiterado que seus objetivos abrangem não apenas questões territoriais, mas também a neutralidade da Ucrânia, a limitação de certas capacidades militares e uma alteração nas condições de segurança europeias. Kiev, por sua vez, busca preservar sua soberania, recuperar territórios e obter garantias que impeçam uma nova guerra. Entre ambas as posições, existe uma distância considerável que nenhum simples congelamento das operações pode, por si só, resolver.

Nesse contexto, podemos observar, em uma análise sobre a Ucrânia e Kaliningrado, que as iniciativas diplomáticas de Donald Trump não modificam, necessariamente, as causas profundas do confronto. Segundo nossa visão, Moscou continua buscando resultados militares capazes de fortalecer sua posição de negociação, o que traz o risco de uma escalada no Báltico, particularmente nos arredores de Kaliningrado, um enclave russo situado entre territórios pertencentes à OTAN.

A questão de Kaliningrado merece atenção especial. Um eventual bloqueio ou crise militar nesse espaço poderia deslocar o confronto da Ucrânia para uma relação direta entre a Rússia e a Aliança Atlântica. Isso não significa que tal cenário seja inevitável, mas serve como lembrete de que a guerra acarreta riscos que transcendem o território onde, atualmente, ocorrem as principais operações.

Enquanto isso, o campo de batalha continua oferecendo lições fundamentais. A guerra moderna não se resume ao embate entre grandes unidades militares. Drones, inteligência por satélite, guerra eletrônica, ataques de precisão e a destruição de

infraestruturas ampliaram consideravelmente o espaço de combate. Indústrias, usinas elétricas, ferrovias, depósitos e sistemas de comunicação integram uma luta prolongada pela capacidade de resistência nacional.

DEPENDÊNCIA EXTERNA

Aqui surge uma característica central desta guerra: a importância do tempo. Em um confronto prolongado, o poder militar não depende apenas dos sistemas de armas disponíveis, mas também da capacidade industrial, tecnológica, logística e financeira para repor perdas, sustentar operações e adaptar permanentemente os meios às exigências do combate.

Contudo, há outro fator decisivo: a dependência externa.

A Ucrânia tem recebido uma assistência militar e econômica extraordinária dos Estados Unidos e da Europa. Sem esse apoio, suas possibilidades de resistência teriam sido consideravelmente menores. Por outro lado, essa ajuda também gerou vulnerabilidades estratégicas. Quando a inteligência, os interceptadores antiaéreos, as comunicações via satélite e determinados suprimentos dependem de decisões estrangeiras, a autonomia operacional fica inevitavelmente condicionada.

A economia introduz uma dimensão adicional. Em uma entrevista de 13 de outubro, o historiador e economista Alessandro Volpi interpreta o [acordo entre Trump e Putin sobre o diesel russo](#) como um sinal político dirigido, principalmente, a Bruxelas.

Segundo Volpi, os volumes envolvidos têm uma importância comercial relativamente limitada. O que é verdadeiramente significativo é que Washington demonstra sua disposição de negociar diretamente com Moscou e modificar determinadas sanções quando considera que isso atende aos seus próprios interesses. A medida também está ligada à necessidade norte-americana de conter os preços da energia antes das eleições legislativas de novembro.

Para a Europa, a mensagem é incômoda (para ser elegante). Após anos de sanções, assistência militar e um crescente compromisso financeiro com a Ucrânia, seus governos observam que os Estados Unidos podem alterar sua posição de negociação sem que as prioridades europeias sejam, necessariamente, determinantes.

Volpi acrescenta outro elemento: o endividamento norte-americano, as taxas de juros e suas repercussões nas economias europeias. A guerra traz custos que transcendem, e muito, os orçamentos militares. Energia, inflação, dívida pública, competitividade industrial e gastos com defesa fazem parte de uma mesma equação estratégica.

Não surpreende, portanto, que comecem a surgir iniciativas diplomáticas europeias.

Gideon Rachman, em um artigo publicado pelo *Financial Times* em 19 de outubro, intitulado [*Zelenskyy, Europe and the end of Trump whispering*](#) (“Zelensky, a Europa e o fim do ‘sussurro de Trump’”), sustenta que líderes europeus estão reconsiderando a conveniência de deixar as negociações com Moscou exclusivamente nas mãos dos norte-americanos.

Rachman apresenta duas alternativas possíveis. A primeira consistiria em congelar o *front* nas posições atuais, em troca de a Ucrânia renunciar à adesão à OTAN. A segunda envolveria aceitar o controle russo sobre todo o Donbass, em troca de permitir o ingresso da Ucrânia na Aliança Atlântica.

Não se trata de propostas oficialmente adotadas pela União Europeia, mas sim de cenários analisados pelo especialista. Ambos apresentam dificuldades consideráveis. O primeiro deixaria pendentes importantes controvérsias territoriais; O segundo ponto poderia ser inaceitável para Moscou, justamente porque a expansão da OTAN em direção à Ucrânia constitui uma de suas principais objeções estratégicas. No entanto, o que é realmente importante é que a discussão começa a se deslocar da continuação indefinida das hostilidades para as condições políticas de seu encerramento.

Nesse ponto, ganha nova atualidade uma conhecida reflexão atribuída a Henry Kissinger: “Ser inimigo dos Estados Unidos é perigoso, mas ser seu amigo pode ser fatal”. A expressão, registrada por William F. Buckley Jr. em 1974, surgiu precisamente no contexto do Vietnã do Sul e das consequências que um aliado de Washington poderia sofrer.

Para além de sua formulação provocadora, a frase contém uma advertência típica da política de poder. As grandes potências estabelecem compromissos internacionais de acordo com seus interesses estratégicos. Contudo, esses interesses podem mudar, enquanto seus aliados continuam a arcar com as consequências de decisões tomadas anteriormente (isso tem algo a ver com a nossa “relação carnal”?) É isso que está acontecendo com a Ucrânia?

Seria prematuro afirmar que Washington decidiu abandoná-la. No entanto, as tensões entre Trump e Zelensky, a reavaliação de certos tipos de apoio e as conversas entre as grandes potências evidenciam os riscos de uma dependência estratégica prolongada. A Ucrânia mantém sua soberania e sua capacidade de decisão política, mas suas possibilidades militares estão condicionadas a recursos que ela não controla totalmente.

A história ensina que um Estado pode receber assistência extraordinária durante uma guerra e, ao chegar o momento de negociar, descobrir que seus objetivos não coincidem plenamente com os de seus protetores.

Por isso, é importante distinguir entre um cessar-fogo, um armistício e uma paz duradoura. Interromper as operações pode ser indispensável para pôr fim ao sofrimento humano, mas não garante que as causas do conflito tenham desaparecido. Uma paz estável exige algum entendimento sobre territórios, garantias de segurança, relações de poder e condições políticas aceitáveis para os protagonistas.

Lembremos: a célebre frase “A paz é a tranquilidade da ordem” (*tranquillitas ordinis*) pertence ao filósofo e teólogo Santo Agostinho de Hipona, em sua obra *A Cidade de Deus*. Para ele, a paz não é apenas a ausência de guerra, mas o estado no qual cada coisa ocupa o lugar que lhe corresponde dentro de uma harmonia justa.

O ensinamento transcende o caso ucraniano e merece uma reflexão argentina. Nosso país precisa de relações internacionais, cooperação militar, investimentos e vínculos tecnológicos com as grandes potências. Contudo, nenhuma aliança pode substituir a definição de interesses nacionais próprios, nem a construção de capacidades estratégicas sustentáveis (em nosso conflito com a Grã-Bretanha: não há ordem, pois os ingleses usurparam e ocupam um território que não lhes pertence!).

Adquirir armamentos não equivale, necessariamente, a dispor de poder militar. Sem manutenção, suprimentos, munições, pessoal preparado, infraestrutura e uma indústria capaz de sustentar o esforço, pode haver equipamento, mas não, necessariamente, uma capacidade estratégica autônoma.

A guerra na Ucrânia recorda uma verdade permanente: um Estado que depende de outro para sustentar uma guerra corre o risco de depender também desse outro para estabelecer as condições da paz.

Pois, afinal, um verdadeiro ator estratégico não é apenas aquele que dispõe de meios, mas aquele que possui a capacidade e a vontade de utilizá-los para alcançar seus próprios objetivos nacionais.

Publicado no [La Prensa](#).

***Gabriel Camilli** é Coronel Mayor da reserva do Exército Argentino, formado Oficial de Infantaria pelo Colégio Militar de La Nación. Além de mestre em Assuntos Militares pela Universidade do Norte, possui licenciatura em Relações Públicas e Institucionais pela UADE. Fluente em inglês e italiano e com boa comunicação em alemão, possui ampla experiência, tendo participado ativamente em mediações e negociações no âmbito da ONU, além de atuar como representante da Argentina junto a missões diplomáticas e negociações entre empresas alemãs, suecas e austríacas. Atualmente é diretor do Instituto ELEVAN.
